



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL TÚLIO GADÊLHA

REQUERIMENTO Nº , DE 2022
(Do Sr. TÚLIO GADÊLHA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o compromisso da iniciativa privada em combater o assédio contra as mulheres mais vulneráveis na cadeia produtiva.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública nesta Comissão o compromisso da iniciativa privada em combater o assédio contra as mulheres mais vulneráveis na cadeia produtiva. Para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. **Ana Addobbati** - Fundadora e Diretora Executiva da Women Friendly
2. **Regina Célia Barbosa** - vice-presidente do Instituto Maria da Penha
3. **Daniela Grelim** - Diretora Executiva do Instituto Avon e coordenadora da Coalização de empresas pelo fim da violência contra meninas e adolescentes

JUSTIFICAÇÃO

Após dois anos de pandemia, numa situação de trabalho remoto forçado e altos índices de desemprego, tivemos o aumento do número de afastamentos nas empresas decorrentes de casos de stress extremo provocados por situações de assédio, segundo o último relatório do Instituto Patrícia Galvão. Essa mesma instituição traz em estudo divulgado para a sociedade civil que 76% das brasileiras já passaram por algum tipo de violência no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, temos que 54% das vítimas de assédio no Brasil são negras e a maioria das vítimas ganha até 4 salários mínimos, segundo a ONG Think Olga. Dito isto e sabendo que, num contexto de vulnerabilidade econômica, as mulheres

tem a tendência a silenciar diante de casos de assédio para manter o emprego, precisamos gentilmente cobrar de empregadores e iniciativa privada sejam convocados a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226087453000>



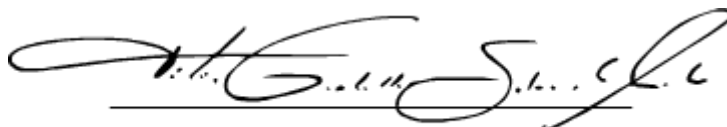


CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL TÚLIO GADÊLHA

implementar políticas de prevenção e se comprometam com o combate sistemático a esse tipo de violência dentro do ambiente da trabalhadora.

É necessário, portanto, celebrar iniciativas que estão se comprometendo por meio de alianças, certificações e ações afirmativas e pró-ativas para proteger as mulheres e garantir que permaneçam em seus postos de trabalho. Lembrando que 15% das mulheres, segundo a ONG Think Olga, pedem demissão quando sofrem assédio sem sequer notificar o empregador, temos aqui um cenário em que as mais vulneráveis podem perder uma ferramenta essencial para romper ciclos de violência doméstica: a renda. E, da mesma forma, lembrar que existem leis que obrigam o empregador a proteger a funcionária. O que, enquanto Estado, podemos fazer para dar visibilidade ao problema e também estimular que a iniciativa privada avance em medidas e políticas preventivas.

Ante tudo exposto, considerando-se a relevância do debate acima explanado, solicitamos o apoio de todos os colegas para aprovação deste requerimento para realização de audiência pública, oportunizando maior visibilidade para a temática.



DEPUTADO TÚLIO GADÊLHA

REDE - PE

